

Cinqüenta anos após Hiroshima

John Rawls

O quinquagésimo ano após o bombardeio de Hiroshima é uma ocasião para refletir sobre o que se deve pensar a respeito. Foi de fato um grande erro, como muitos hoje pensam, e muitos pensaram na época, ou há uma justificativa para isso? Acredito que tanto o bombardeio das cidades japonesas que começou na primavera de 1945 e o eventual bombardeio atômico de Hiroshima, em 6 de agosto, foram de fato erros muito graves, e corretamente vistos como tais. A fim de apoiar essa opinião, apresento o que considero os princípios que devem governar a condução da guerra – *jus in bello* – de povos democráticos. Esses povos possuem fins de guerra diferentes do que Estados não-democráticos, especialmente totalitários. Estados como a Alemanha e o Japão, que procuraram dominar e explicar os povos submetidos e, no caso da Alemanha, sua escravização quando não extermínio.

Embora não possa propriamente justificá-los aqui, inicio apresentando seis princípios e pressupostos em apoio a essas proposições. Espero que pareçam razoáveis; e certamente são familiares, como se aproximam muito do pensamento tradicional sobre o assunto.

1. O objetivo de uma guerra justa conduzida por uma sociedade democrática decente* é uma paz justa e duradoura entre os povos, especialmente com seu atual inimigo.
2. Uma sociedade democrática luta contra um Estado que não é democrático. Isto se segue do fato de que povos democráticos não guerreiam entre si, e uma vez que estamos tratando das regras de guerra tais como se aplicam a esses povos, assumimos que aquilo contra o que a sociedade luta é antidemocrático e que seus objetivos expansionistas ameaçaram a segurança e as instituições livres dos regimes democráticos e causaram a guerra.
3. Na condução da guerra, uma sociedade democrática deve distinguir cuidadosamente entre três grupos: os líderes e autoridades do Estado, seus soldados e sua população civil. O motivo dessas distinções se baseia no princípio de responsabilidade: dado que aquilo contra o que o Estado luta é antidemocrático, os membros civis da sociedade não podem ser aqueles que organizaram e provocaram a guerra. Isto foi feito por seus líderes e autoridades apoiados por outras elites que controlam e gerem o aparato de Estado. São responsáveis, desejaram a guerra e, por fazê-lo, são criminosos. Mas os civis, muitas vezes mantidos na ignorância e influenciados pela propaganda, não são. E isto é verdade mesmo que alguns civis tenham mais conhecimento e adiram com entusiasmo à guerra. Na condução da guerra por parte de uma nação muitos casos marginais como esse podem existir, mas são irrelevantes. No que se refere aos soldados, eles, assim como os civis, e excetuando os oficiais mais graduados, não são responsáveis pela guerra, mas são alistados ou de outras maneiras forçados a fazê-lo, seu patriotismo sendo com frequência explorado de forma cruel e cínica. As bases sobre as quais eles podem ser diretamente atacados não são pelo fato de serem responsáveis pela guerra, mas pelo fato de que um povo democrático não pode se defender de outra maneira, e defender-se é preciso. Sobre isto não há escolha.
4. Uma sociedade democrática decente deve respeitar os direitos humanos dos membros do outro lado, tanto civis como soldados, por dois motivos. Um porque simplesmente possuem direito pelo Direito dos Povos. O outro motivo é ensinar aos soldados e civis inimigos o conteúdo desses direitos pelo exemplo de como se aplicam em seu caso. Deste modo, seu significado fica mais claro para eles. São conferidos a eles um certo status, o de membros da sociedade humana que possuem direitos como pessoas humanas. No caso dos direitos

humanos em guerra o aspecto do status tal como aplicado a civis recebe uma interpretação estrita. Isto significa, tal como o entendo aqui, que não podem jamais ser diretamente atacados exceto em tempos de crise extrema, cujo caráter discuto abaixo.

5. Continuando com o pensamento de ensinar o conteúdo dos direitos humanos, o próximo princípio é que povos justos, por suas ações e proclamações devem divulgar durante a guerra o tipo de paz que visam e o tipo de relações que eles buscam entre as nações. Ao fazê-lo, mostram de uma maneira aberta e pública a natureza de seus objetivos e o tipo de povo que são. Estes últimos deveres recaem em grande parte sobre os líderes e autoridades dos governos de povos democráticos, uma vez que se encontram na melhor posição para falar pelo povo todo e para agir de acordo com o princípio. Embora todos os princípios precedentes também especifiquem deveres da condução do Estado, isto é especialmente verdadeiro no que se refere aos princípios 4 e 5. A maneira pela qual a guerra é conduzida e as ações que a levam a seu término permanecem na memória histórica dos povos e podem estabelecer as condições para a paz futura. Deve-se ter sempre em vista esse dever na condução do Estado.

6. Por fim, notamos o lugar do raciocínio meios-fins na avaliação de uma ação ou política no que se refere à sua adequação para se atingir o objetivo da guerra ou para não causar mais malefícios do que benefícios. Essa maneira de pensar - seja seguindo um raciocínio utilitário (clássico), seja pela análise custo-benefícios, seja avaliando interesses nacionais, seja ainda de outras maneiras - deve sempre ser enquadrada e estritamente limitada pelos princípios acima. As normas de condução da guerra estabelecem certas linhas que limitam a ação justa. Os planos e estratégias da guerra, e a condução das batalhas, deve permanecer dentro desses limites. (A única exceção, repito, é em épocas de crise extrema.)

Em conexão com o quarto e quinto princípios da condução da guerra, afirmo que eles obrigam especialmente os líderes das nações. Eles ocupam a posição mais eficiente para representar as metas e obrigações de seus povos, e às vezes se tornam estadistas. Mas quem é o estadista? Não existe um cargo de estadista, como há o de presidente, ou chanceler, ou primeiro-ministro. O estadista é um ideal, como o ideal do indivíduo honesto ou virtuoso. Estadistas são presidentes ou primeiros-ministros que se tornam estadistas mediante sua performance e liderança exemplares no exercício de seus cargos em épocas difíceis desafiadoras e manifestam força, sabedoria e coragem. Guiam seu povo durante períodos turbulentos e perigosos pelo que são estimados para sempre, como um de seus grandes estadistas.

O ideal do estadista é sugerido pelo dito: o político olha para a próxima eleição, o estadista para a próxima geração. É tarefa do estudante de filosofia olhar para as condições permanentes e os interesses reais de uma sociedade democrática justa e boa. É tarefa do estadista, no entanto, discernir essas condições e interesses na prática; o estadista vê mais profundamente e mais longe do que a maioria dos outros e percebe o que precisa ser feito. O estadista precisa ter a apreensão correta, ou aproximadamente correta, do que se deve fazer e fazê-lo logo. Washington e Lincoln foram estadistas. Bismarck não. Ele não visualizou os reais interesses da Alemanha num futuro mais distante, e sua avaliação e motivos foram com frequência distorcidos por seus interesses de classe e por seu desejo de ser o único chanceler da Alemanha. Os estadistas não precisam ser desinteressados e podem ter seus próprios interesses ao ocuparem o cargo, mas precisam ser imparciais em seus julgamentos e avaliações dos interesses da sociedade e não devem ser influenciados, especialmente em tempos de guerra e crise, por paixões de vingança e retaliação contra o inimigo.

Sobretudo, devem se apressar em direção ao fim de alcançar uma paz justa, e evitar as coisas que tornam essa meta mais difícil. Nesse sentido, as proclamações de uma nação devem deixar claro (o estadista deve providenciar isso) que o povo inimigo terá direito a seu próprio regime autônomo e a uma vida plena e decente após a paz ter sido restabelecida com segurança. O que quer que seus líderes lhes digam, quaisquer represálias que eles possam razoavelmente temer, não devem ser mantidos como servos ou escravos após sua rendição, ou terem negadas no momento devido suas plenas liberdades; e podem muito bem conquistar liberdades que não possuíam antes, como ocorreu com alemães e japoneses, afinal. O estadista sabe, se outros não o sabem, que todas as descrições do povo inimigo (não de seus governantes) inconsistentes com isso são impulsivas e falsas.

Voltando-nos agora para Hiroshima e o bombardeio de Tóquio, consideramos que nenhum dos dois casos se caracteriza como situação de crise extrema. Um aspecto a ser considerado é que uma vez que (suponhamos) não existem direitos absolutos - direitos que devem ser respeitados em qualquer circunstância - há ocasiões em que civis podem ser diretamente atacados por meio de bombardeio aéreo. Houve momentos durante a guerra em que a Inglaterra podia propriamente falando ter atacado Hamburgo e Berlim? Sim, quando a Inglaterra estava sozinha e em desespero enfrentando o poderio alemão superior; além disso, esse período se estenderia até que a Rússia tivesse claramente repellido o primeiro avanço alemão no verão e outono de 1941, sendo capaz de fazer frente à Alemanha até o fim. Nesse caso o ponto de demarcação deve ser situado em outro lugar, digamos o verão de 1942, e certamente tomando por referência Stalingrado. Não me demorarei nisto, pois a questão crucial é que sob nenhuma condição poderia permitir-se que a Alemanha vencesse a guerra, e isto por dois motivos básicos: primeiro, a natureza e a história da democracia constitucional e seu lugar na cultura européia; e segundo, o mal peculiar do nazismo e o mal moral e político enorme e incalculável que ele representava para a sociedade civilizada. O mal peculiar do nazismo precisa ser compreendido, dado que em algumas circunstâncias um povo democrático pode julgar melhor aceitar a derrota em termos da paz oferecida pelo adversário caso esta seja razoável e moderada, não o sujeitando a humilhação e tendo em vista um relacionamento político futuro efetivo e decente. Porém, a característica de Hitler era que ele não aceitava qualquer possibilidade de um relacionamento político com seus inimigos. Eles deviam ser sempre subjugados por meio de terror e brutalidade, e governados pela força. Desde o início, por exemplo, a campanha contra a Rússia foi uma guerra de destruição contra os povos eslavos, os habitantes originais permanecendo, se tanto, apenas como servos. Quando Goebbels e outros protestaram dizendo que a guerra não poderia ser vencida dessa forma, Hitler se recusou a dar-lhes ouvidos. No entanto, se está claro que durante a exceção de crise extrema valia para a Inglaterra nas primeiras fases da guerra, jamais valeu em qualquer época para os Estados Unidos em sua guerra com o Japão. Os princípios da condução da guerra sempre se aplicaram nesse caso. Na verdade, no caso de Hiroshima, muitos envolvidos nos altos escalões do governo reconheceram o caráter questionável do bombardeio e esses limites foram ultrapassados. Não obstante, durante as discussões entre os líderes aliados em junho e julho de 1945, o peso do raciocínio prático meios-fins prevaleceu. Sob a contínua pressão da guerra, tais dúvidas morais não conseguiram obter uma visão expressa e articulada. À medida que a guerra progredia, o pesado bombardeio de civis nas capitais Berlim e Tóquio e em outros lugares era cada vez mais aceito do lado aliado. Embora quando no início das hostilidades Roosevelt tenha instado ambos os lados para que não cometesse a barbaridade desumana de

bombardear civis, por volta de 1945 os líderes aliados passaram a assumir que Roosevelt teria usado a bomba sobre Hiroshima. O bombardeio surgiu como um desenvolvimento do que ocorrera antes.

As razões práticas meios-fins para justificar a bomba atômica lançada sobre Hiroshima foram as seguintes:

A bomba foi lançada para apressar o final da guerra. É evidente que Truman e a maioria dos outros líderes aliados pensavam que teria esse efeito. Outra razão foi que salvaria vidas, onde as vidas que contavam eram as dos soldados americanos. É de se presumir que as vidas dos japoneses, militares ou civis, valiam menos. Nesse caso, os cálculos de menos tempo e mais vidas salvas estavam correlacionados. Além disso, jogar a bomba daria ao Imperador e aos líderes japoneses uma maneira de salvar sua honra, uma questão importante considerando a cultura samurai. Na verdade, no final alguns poucos líderes supremos japoneses quiseram fazer uma última investida sacrificial, mas foram vencidos por outros apoiados pelo Imperador, que ordenou a rendição em 12 de agosto, tendo recebido a promessa de Washington de que o Imperador poderia permanecer contanto que ele compreendesse que tinha de obedecer às ordens do comandante militar americano. A última razão que menciono é que a bomba foi lançada para impressionar os russos com o poder americano e torná-los mais receptivos às nossas reivindicações. Essa razão é objeto de grandes discussões, mas é apresentada por alguns críticos e acadêmicos como importante.

Como essas razões evidentemente não refletem os limites sobre a condução da guerra, concentro-me numa questão diferente: o fracasso da condução do Estado por parte dos líderes aliados e por que isso ocorreu. Truman certa vez descreveu os japoneses como animais que deviam ser tratados como tais; porém, quão insensato soa hoje descrever os alemães e japoneses de bárbaros e animais! Sobre os nazistas e militaristas Tojo, sim, mas eles não são o povo alemão e japonês. Churchill, mais tarde, admitiu que ele levou o bombardeio demasiado longe, movido pela paixão e intensidade do conflito. Um dever da condução do Estado é não permitir que tais sentimentos, por mais naturais e inevitáveis que sejam, alterem o curso que um povo democrático deve seguir ao lutar pela paz. O estadista compreende que as relações com o atual inimigo possuem especial importância: pois, como afirmei, a guerra precisa ser conduzida de maneira aberta e pública, de modo a tornar possível uma paz duradoura e amigável com o inimigo derrotado, e prepara o seu povo para o modo como eles esperam ser tratados. Seus temores atuais de serem submetidos a atos de vingança e retaliação precisam ser desfeitos; inimigos atuais devem ser vistos como associados numa paz futura compartilhada e justa.

Estas observações deixam claro que, em minha opinião, tanto Hiroshima como o bombardeio das cidades japoneses foram grandes males que os deveres da condução dos negócios de Estado exigem que os líderes políticos evitem na ausência de exceção de crise. Também acredito que isso poderia ter sido feito com pouco custo em outras ocorrências. Uma invasão era desnecessária nessa época, já que a guerra estava efetivamente terminada. No entanto, seja isso verdade ou não, isto não importa. Sem a exceção de crise, esses bombardeios são grandes males. É claro, porém, que uma expressão articulada dos princípios da guerra justa apresentados na ocasião não teriam alterado o resultado. Era simplesmente muito tarde. Um presidente ou primeiro-ministro precisam ter examinado cuidadosamente essas questões, de preferência, muito tempo antes, ou pelo menos quando

tiverem o tempo e o lazer para pensar atentamente a respeito. Reflexões sobre a guerra justa não podem ser ouvidas no calor e na pressão dos eventos próximo ao final das hostilidades; as pessoas, e um grande número delas, estão ansiosas, impacientes e esgotadas.

De modo similar, a justificação da democracia constitucional e a base dos direitos e deveres que ela deve respeitar devem ser parte da cultura política pública e discutida nas diversas associações da sociedade civil como parte da educação de cada um. Não é claramente ouvida na política comum do dia a dia, mas deve ser pressuposta como o fundo, não o assunto cotidiano da política, exceto em circunstâncias especiais. Do mesmo modo, não houve apreensão anterior suficiente da importância fundamental dos princípios da guerra justa para que sua expressão tenha bloqueado o apelo do raciocínio prático meios-fins em termos de um cálculo de vidas, ou do tempo que faltava para a guerra terminar, ou de algum outro balanço de custos e benefícios. Esse raciocínio prático justifica muita coisa, demasiado facilmente, e fornece uma maneira para um poder dominante tranquilizar quaisquer preocupações morais que possam surgir. Se os princípios da guerra forem apresentados nesse momento, facilmente entram como apenas mais um fator a ser levado em conta.

Outro fracasso na condução dos negócios do estado não foi tentar entrar em negociações com os japoneses antes que qualquer medida mais drástica como o bombardeio de cidades ou o bombardeio de Hiroshima fosse tomada. Uma tentativa conscienciosa de fazê-lo era moralmente necessária. Como um povo democrático, devemos isso ao povo japonês - embora no que concerne a seu governo a coisa seja diferente. Houve discussões no Japão por algum tempo para encontrar uma maneira de terminar a guerra, e em 26 de junho o governo havia sido instruído por parte do Imperador para fazê-lo. Ele deve certamente ter se dado conta de que, com a marinha destruída e as ilhas externas tomadas, a guerra estava perdida. É verdade, os japoneses estavam iludidos pela esperança de que os russos pudessem se revelar seus aliados, mas as negociações são precisamente para desfazer as ilusões desse tipo alimentadas pelo outro lado. Um estadista não tem liberdade para considerar que tais negociações podem diminuir o desejado efeito de choque de ataques subsequentes.

Truman foi de muitas maneiras, em certas ocasiões, um bom presidente. Mas a forma como ele terminou a guerra mostrou que ele fracassou como estadista. Para ele, foi uma oportunidade perdida, e uma perda igualmente para o país e suas forças armadas. Diz-se às vezes que questionar o bombardeio de Hiroshima é um insulto para as tropas americanas que combateram durante a guerra. É difícil de compreender isso. Devemos ser capazes de olhar para trás e examinar nossas faltas após cinquenta anos. Esperamos que os alemães e japoneses façam isso - "Vergangenheitsverarbeitung", como diz o alemão. Por que não deveríamos fazê-lo também? Não pode ser porque pensamos que conduzimos a guerra sem erro moral!

Nada disso altera a responsabilidade da Alemanha e do Japão pela guerra, nem seu comportamento no decorrer da mesma. Duas doutrinas niilistas devem ser enfaticamente repudiadas. Uma é expressa pela observação de Sherman, "A guerra é o inferno", de modo que tudo vale para terminá-la o quanto antes se puder. A outra afirma que todos somos culpados, de modo que estamos todos no mesmo barco e ninguém pode censurar ninguém. Ambas são superficiais e negam todas as distinções razoáveis; são invocadas falsamente para tentar desculpar nossa má conduta, ou para requerer que não sejamos condenados. O vazio moral desses niilismos se manifesta no fato de que sociedades civilizadas decentes

e justas – suas instituições e leis, sua vida civil e cultura de fundo e costumes - dependem todas, absolutamente, de fazer distinções morais e políticas significativas em todas as situações. Com certeza, a guerra é um tipo de inferno, mas por que deve isso significar que todas as distinções morais deixam de valer? E admitindo-se que às vezes todos ou quase todos podem ser em alguma medida culpados, isso não significa que todos o são igualmente. Não existe jamais um momento em que estejamos livres de todos os princípios e restrições morais e políticas. Esses nihilismos são pretextos para se libertar desses princípios e restrições que sempre se aplicam a nós de maneira plena.

John Rawls - filósofo norte americano, autor de *Uma Teoria da Justiça*

Traduzido por Luiz Paulo Rouanet em 13 de Setembro de 2001 (dois dias após o atentado ao World Trade Center, nos EUA).